



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª)

PERGUNTA Número 1620 / x ( 3ª)

Expeça-se
Publique-se
3 JUL 2008
O Secretário da Mesa

*Fernando Santos*

Assunto: **Problemas com a Barragem de Lumiães / Armamar (III)**

Destinatário: Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

No encontro de 14 de Junho com agricultores potenciais utilizadores da Barragem de Lumiães, o Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho das Chãs, representantes das Freguesias de Santa Cruz e Goujoim, e a Associação de Fruticultores de Armamar, no seguimento de anteriores iniciativas do Grupo Parlamentar do PCP, foi levantado um conjunto de questões conhecidas:

- (i) O início do Verão sem que esteja assegurada a água da barragem necessária para a rega dos pomares e outras culturas no vale a jusante da barragem. Refira-se que a generalidade dos agricultores tinha, antes da construção da barragem, a linha de água – Rio Temilobos – para essas regas, e que a construção da barragem teve como objectivo inicial a regularização e reforço desse abastecimento à agricultura;
- (ii) O facto insólito de, a vários proprietários que foram expropriados para a construção da barragem, continuar a Repartição de Finanças a notificá-los para o pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), (antiga «décima») relativo a terras há muito (7 anos) sob tutela do Estado (Ministério da Agricultura? Ministério do Ambiente?);
- (iii) A ausência de uma informação adequada e suficiente aos agricultores e às suas associações, sobre todas as questões ligadas com o funcionamento da barragem e os seus usos, inclusive sobre anomalias que impeçam a sua utilização.

Na Audição de 25 de Junho do ministro da Agricultura, em sede da CAEIDR, tendo sido pelo Grupo Parlamentar do PCP levantadas as questões referidas anteriormente, foi pelo sr. ministro garantido que os agricultores disporiam da água da barragem para as suas regas, num processo a articular com a sua gestão para abastecimento público.



Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. A confirmação de que os agricultores disporão no presente Verão de água necessária para as suas regas.
2. Sendo que a Barragem de Lumiares, dito oficialmente, Aproveitamento Hidroagrícola de Armamar, foi construída tendo como objectivo inicial a valência hidroagrícola e, só posteriormente, foi sujeita a uma utilização para abastecimento público – processo que certamente envolveu o Ministério do Ambiente, a Câmara Municipal de Armamar, a empresa concessionária Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, e o titular inicial da obra o Ministério da Agricultura –, solicitamos o envio da documentação/protocolo em que ficou vertida a negociação realizada, a gestão dos usos da água e os direitos e deveres de cada parte.
3. Para quando a regularização da situação fiscal dos terrenos expropriados para a construção da barragem? Como vão os proprietários expropriados reaver o que indevidamente pagaram de IMI?
4. Foram concluídas todas as infra-estruturas anexas à obra, caminhos por exemplo, particularmente os destinados a substituir servidões ocupadas pela barragem? Estão as infra-estruturas do regadio (canais) em condições de utilização?
5. O que explica a ausência de uma informação adequada, atempada e suficiente aos agricultores sobre os problemas da barragem e do uso da água para regadio?

Palácio de S. Bento, 3 de Julho de 2008

Agostinho Lopes

Deputado

Miguel Tiago

Deputado